A variação linguística no ensino de língua materna: o que o professor deve fazer na sala de aula?

Cecília Souza Santos Sobrinha¹
Odilon Pinto de Mesquita Filho²

Resumo

Este artigo pretende discutir como os professores de Língua Portuguesa trabalham a variação linguística na sala de aula, levando em consideração os princípios estabelecidos pela gramática normativa, ainda um grande problema a ser enfrentado pelos docentes de ensino de língua materna, que sentem dificuldades no momento de transmitir para os alunos os velhos métodos arcaicos, retirando da língua toda a sua dinamicidade e vivacidade.

Palavras-chave: *Ensino, língua materna, variação linguística, gramática normativa.*

1. Introdução

Um dos maiores problemas ocorridos em torno do ensino de língua materna é o método como o professor ensina aos alunos a sua própria língua. É sabido que o ensino de Língua Portuguesa se restringe totalmente ao uso da gramática normativa, a qual delimita o que é certo ou errado. Tal procedimento não leva em consideração o processo de variação ocorrido em todos os níveis da língua a partir de fatores geográficos, status socioeconômicos, grau de escolarização, idade, por exemplo.

Em virtude desse tipo tradicionalista de ensino, o processo de normatização retira da língua a sua realidade social, complexa e dinâmica, tornando-a ³como um

¹ Discente do Curso de Letras (Português/ Espanhol) DLA/UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz). Bolsista do programa PIBIC/ FAPESB (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia). Email: ceciliasobrinha@hotmail.com.

² Docente, orientador da pesquisa, professor adjunto em Linguística (UESC/DLA) e professor do Mestrado em Linguagens e Representações. Doutor em Linguística pela UFBA. Email: o.pinto@terra.com.br.

objeto externo a essa própria realidade, criando o estereótipo que a Língua Portuguesa é de difícil aprendizado.

O professor de português continua com o mesmo estudo inadequado das nomenclaturas e classificações gramaticais. Os alunos não são convidados a aprender a sua própria língua, enquanto, os professores não são convidados a pesquisar. O ensino escolar disseminou por muito tempo a ideia que o “certo” é pronunciar como se escreve, como se a escrita tivesse primazia sobre a pronúncia. Diante disto, o papel da escola como responsável pela formação de cidadãos conscientes, é desmistificar essa ideologia calcada na mente de muitos brasileiros.

2. Mas, o que é variação Linguística?

Um dos maiores problemas enfrentados pelos professores na sala de aula diz respeito à questão da variação linguística. A maioria dos professores não sabe como lidar com este assunto, já que ficam presos as regras gramaticais e poucos dão ênfase ao processo de variação. Além disso, na maioria das vezes, quando comentada na sala de aula passa a ser sinônimo de “falar errado”. No entanto, é preciso que se compreenda que a variação linguística é a maneira peculiar de falar de cada indivíduo.

Para evitar esse tipo de situação é necessário entender que a língua sofre mudanças ao decorrer do tempo, por isso não deve ser estudada como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que as falam como afirma Bagno (2008). A língua, afinal, se renova incessantemente. Sendo assim, é unânime a concepção que as línguas não são uniformes, mas variável, dinâmica e múltipla.

Dizer que a língua apresenta variação significa dizer que ela é heterogênea devido aos aspectos sociais, culturais, econômicos, geográficos que a compõe. Conforme Rodrigues (2002) há dois tipos de variação. A primeira ocorre em função do falante. A segunda em função do ouvinte. A variante em função do falante pode ser denominada de variação dialetal como variantes espaciais (dialetos geográficos ou diatópicos), variantes de classe social (dialetos sociais ou diastráticos), variantes de grupos de idade (dialetos etários), variantes de sexo (dialetos masculinos e femininos), variantes de gerações (variantes diacrônicas). A variante em função do ouvinte pode ser chamada de registro que passam a ser variantes de grau de formalismo, variantes de

modalidade (falada e escrita) e variantes de sintonia (ajustamento do emissor ao receptor).

Desta forma, fica evidente que a variação linguística não ocorre apenas no modo de falar das comunidades, dos grupos sociais. Mostra-se também no comportamento de cada indivíduo, enfim, de cada falante da língua à medida que se encontra em um determinado contexto ou situação. Esse tipo de variação é também denominado de variação estilística. Os falantes adequam suas formas de expressão às finalidades específicas, de seu ato enunciativo, isso decorre de uma seleção dentre o conjunto de forma que constituem o saber linguístico.

Bagno (2007) denomina a variação estilística de monitoramento estilístico, já que em situações de maior ou menor formalidade, por exemplo, exige do falante um determinado controle, uma atenção e um planejamento maior ou menor do seu comportamento em geral e do seu comportamento verbal.

Tal fenômeno linguístico ocorre, sobretudo, porque os grupos sociais se subdividem e formam outros grupos menores. Sobre essa questão Alkmim (2005. p. 41) irá afirmar que “toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive.”

De acordo com Cagliari (1989 apud ICHIKAWA, 2003. p. 44), os indivíduos aprendem a variação linguística peculiar das comunidades em que vive, porém, a sociedade se utiliza desses modos peculiares de se expressar para marcar indivíduos e classes sociais pelo modo de falar. Esta atitude social revela os preconceitos, pois marca diferenças linguísticas como índices de estigma ou prestígio.

Tarallo (1986) coloca que a variação é vista pela sociedade como um “caos” linguístico, em outras palavras, como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa se enfrentam em um duelo ou em um combate sangrento de morte.

Como qualquer outra língua, a Língua Portuguesa não é falada da mesma forma por todas as pessoas que a utilizam. Além disso, as línguas evoluem com o tempo, transforma-se e adquirem peculiaridades próprias em razão de seu uso em determinadas comunidades específicas. Entretanto, as variações não provêm apenas da evolução histórica das línguas e de suas raízes geograficamente delimitadas e nem tão pouco para designar grupos étnicos.

Por isso, faz-se necessário que o professor de Língua Portuguesa transmita e ensina aos seus alunos o processo de variação linguística para que eles valorizem a sua própria língua e tornem-se pessoas cada vez mais críticas, mais participativas e atuantes, política e socialmente.

3. O que ensinamos na sala de aula?

A escola tem tomado como padrão para o ensino do português a gramática normativa, rejeitando assim os fenômenos variáveis. De acordo com Castilho (2001) se o ensino de Língua Portuguesa se concentrasse mais na reflexão da língua falada à situação do ensino do português mudaria, pois, logo se descobriria a importância desta mesma língua falada para a aquisição da língua escrita.

Segundo Silva (2002), a grande rejeição que ainda se tem ao falar de variação linguística ocorre em função da visão imposta pela gramática normativa que repudia qualquer fenômeno ocorrido em torno da língua. Para Silva (2002), a escola não apresenta outro manual que dispõe e reflita a variação linguística na sociedade, mantendo-se assim presa a gramática.

Contudo, afirma que já se tem no ensino escolar e nos livros didáticos, alguma noção voltada para a sociolinguística, no entanto, isso é insuficiente para compreender o processo de variação. Primeiramente, é preciso entender que a escola é o palco das diferenças, totalmente diversificada como a língua, pois, o homem vive em uma sociedade estratificada, em que as condições sociais são responsáveis pelo abismo que ocorre em torno da Língua Portuguesa.

A linguagem, portanto, é mais uma maneira de integração e de aceitação dos membros que são incluídos de preencheram os requisitos ali apregoados. É um fato que se da naturalmente e não uma escolha, o indivíduo incorpora sua marca linguística, sobretudo do meio em que vive. (ICHIKAWA, 2003, p.44)

No entanto, a gramática normativa insiste em ver a língua como uma grande poça de água parada, estagnada. Bagno (2008, p.20) ressalta que “enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, a margem da língua.”

O ensino de Língua Portuguesa tente a tratar a fala como se fosse um conteúdo em si, não como um meio de mostrar a variação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 39) afirma que “a gramática de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano, uma prática pedagógica que vai da metalinguagem para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura”.

De acordo com Antunes (2002) não se conseguirá sucesso no ensino sem se alterar a concepção de gramática e a concepção de seus limites na semântica das atuações verbais. O professor de Língua Portuguesa deve contribuir significativamente para que o aluno amplie sua competência no uso oral e escrito através da leitura, da produção de relatórios, resumos, artigos, poemas, crônicas, por exemplo. Mas, para isso o professor não deve ignorar e nem interferir no sujeito aprendiz, na sua construção e no conhecimento que tem da língua.

Antunes ressalta (2004, p.89) que “a gramática existe não em função de si mesma, mas em função do que as pessoas falam, ouvem, lêem e escrevem nas práticas sociais de uso da língua.” Sendo assim, a atividade da leitura completa a atividade da produção escrita, permitindo a interação entre sujeitos e supõe mais que a simples decodificação dos sinais gráficos.

Conforme Castilho (2001), para isso será necessário que a escola valorize os hábitos culturais do aluno, levando-o a adquirir novas habilidades na sua própria língua. O ponto de partida para a reflexão gramatical será o conhecimento linguístico de que cada aluno dispõe ao chegar à escola: a conversação. Enquanto, o ponto de chegada será a observação do conhecimento linguístico “do outro”, expresso nos textos escritos de interesse prático e nos textos literários.

Para Castilho (2001) ver considerado na escola o seu modo de falar, de ser sensibilizado para a aceitação da variedade linguística que flui da boca do outro, saber escolher a variedade adequada a cada situação, permitiria o conhecimento maior por parte dos alunos e dos professores sobre o processo de variação.

Silva propõe (2002) que o professor de gramática terá de deixar de lado a pretensão de determinar como deve ser a língua. Para ampliar o conhecimento linguístico do aluno sem corrobô-lo com preconceitos contra outras variedades nem principalmente, contra a sua própria, não basta que os professores saibam que todos os dialetos são igualmente

instrumentos eficientes, bons dentro do seu contexto social. É preciso que assim reconheçam.

Exige-se deles que modifiquem seu sistema de valores, que é o mesmo da sociedade onde vivem e do qual não tem plena consciência. “Ao corrigir o aluno, o professor reage em defesa de um padrão imaginário, ao qual também é submetido” (SILVA, 2002, p.262).

Para que o ensino mude, não basta remendar alguns aspectos. Conforme Possenti (1998) é necessária uma revolução, que mude a concepção de língua e de ensino de língua na escola. Para ele as regras estabelecidas pela gramática se assemelham às regras de etiqueta, expressando uma obrigação do que o indivíduo deve seguir ou não. Os falantes são avaliados na vida social e na escola. Quando violam essas regras, os falantes tornam-se objetos de reprovação (são considerados ignorantes e não dignos de passar a série seguinte na escola, por exemplo).

Gnerre (1998) considera a gramática normativa um código incompleto, que abre espaço para a arbitrariedade de um jogo já marcado: apenas ganha aqueles que de saída dispõe dos instrumentos para ganhar. Esta dissemina a ideia da educação como um conhecimento de prestígio social e democrático que irá reduzir a distância entre grupos desfavorecidos, criando oportunidades iguais para todos. No entanto, contribui para a discriminação linguística, partindo de conceitos que exclui a classe de menor prestígio social, já que ver a língua como um objeto de poder e quem não a domina passa a sofrer severas punições.

É preciso compreender antes de qualquer coisa que a língua é um fato social, um saber coletivo, que existe em função da interação do indivíduo com os seus pares. Para Antunes (2002) falar e escrever não é apenas uma questão de gramática e muito menos formar frases, por mais bem formadas que elas estejam. Falar e escrever é ativar sentidos e representações já sedimentados. Desse modo, a gramática não chega a ser suficiente devido à vivacidade da língua. A concepção de uma língua como um sistema que só se realiza sob a forma de textos pode de fato deslocar o objeto de ensino para o texto, onde ganham sentido as determinações para as palavras e para as frases.

“O objetivo da escola é ensinar o português padrão” afirma Possenti (1998, p.17) e no momento que a língua é ensinada para o aluno não leva em consideração os dialetos que esta sofre, contribuindo para o preconceito. Por isso o ensino da gramática está mal

colocado e deve ser revisto, a metodologia adotada é inadequada e a matéria necessita de uma organização lógica.

De acordo com Gnerre (1998), a linguagem não é usada somente para veicular informação, pelo contrário, a principal função da linguagem é comunicar ao ouvinte à posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive.

Desta forma, pode-se dizer levando em consideração o que propõe Gnerre (1998), que as pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos. De acordo com Bourdieu (1977, apud GNERRE, 1998, p. 5), o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico.

Segundo Travaglia (2005), a gramática é um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. Para ele, a gramática normativa só trata da variedade de língua que se considerou como norma culta, fazendo uma descrição dessa variedade e considerando como erro tudo o que não está de acordo com o que é usado nessa variedade da língua. Desta forma, as pessoas que seguem e obedecem às normas estabelecidas por esta gramática tem o intuito de falar e escrever bem.

As normas consideradas de bom uso são baseadas nos escritores consagrados, ignorando as características próprias da língua oral e depreciando outras variedades da língua com base em fatores preconceituosos de toda espécie. Neste momento surge o preconceito contra as pessoas que pertencem à classe social de menor prestígio e contra a variedade regional, por exemplo.

O ensino de gramática nas escolas tem sido prescritivo, em outras palavras, segue as regras estabelecidas pela gramática normativa, já que a maioria dos professores se apegam a essas regras, considerando-as corretas e boas. Para Travaglia (2005), nas aulas de Língua Portuguesa há sempre uma ausência de atividades que envolvem a produção e compreensão de textos, necessárias para a capacitação do aluno.

Para Antunes (2007), é preciso entender que as línguas têm, em seu comando, pessoas, seres atuantes, sujeitos ativos. A escola deve mostrar aos alunos contextos que eles podem escolher entre uma forma ou outra. É preciso explorar a flexibilidade dos padrões linguísticos, porque o que não é flexível já está arraigado, como por exemplo, ninguém coloca o artigo depois do substantivo ou o artigo feminino antes de uma palavra sabidamente masculina.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) acredita que os conteúdos de Língua Portuguesa nas escolas devem ser relacionados em função das habilidades dos alunos. Por isso, o uso da língua oral deve ser levado em consideração, assim como a análise e reflexão. Considerar o conhecimento prévio do aluno é um princípio didático para todo o professor que pretende realmente ensinar ao docente a sua língua

No entanto, é preciso que o professor fique atento, pois, não é o seu papel ensinar o aluno a falar, pelo contrário, isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Os Parâmetros ressaltam que talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. E quando o fez foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos por não ser coincidente com a variedade linguística do prestígio social. “Expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo. Isso se conquista em ambientes favoráveis à manifestação do que se pensa, do que se sente, do que se é”. (PCN’s, 1997, p. 49).

O trabalho com linguagem oral deve acontecer no interior de atividades significativas: seminários, dramatização de textos teatrais, simulação de programas de rádio e televisão, de discursos políticos e de outros usos públicos da língua oral. Em suma, pode-se dizer que o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa na escola são resultados da articulação de três variáveis: o aluno, a língua e o próprio ensino.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o aluno é o sujeito da ação de aprender, o segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a Língua Portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é neste enfoque concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Por isso, é importante que a escola esteja atenta para o ensino da língua.

Silva (2002) afirma que é preciso um bom programa de ensino da Língua Portuguesa, que priorize a aprendizagem de fatos linguísticos que facilitem a comunicação com indivíduos de outras comunidades e que estimulem a utilização de outras variedades; que promova a aquisição de traços que permitam antes a integração dos falantes de origem diversa do que a assimilação de outros, oriundos dos dialetos de menor alcance social partindo não mais do preconceito. No entanto, essa nova forma de ensinar não deve ser uma mera utopia, mas realidade.

4. Considerações finais

Diante do que foi proposto neste artigo fica evidente que os professores de Língua Portuguesa ainda tem receio de discutir na sala de aula a variação linguística. Receio este por não saber como trabalhar com a capacidade linguística do aluno. Por isso fica preso aos conceitos estabelecidos pela gramática normativa, que prescreve regras que devem ser seguidas pelos alunos de forma ferrenha.

No entanto, para que o ensino de língua materna não se concentre apenas nas regras rígidas da gramática normativa é preciso que o professor compreenda que o ensino de Língua Portuguesa só será efetuado com sucesso quando a escola estimular a capacidade cognitiva e linguística do aluno através da sua competência oral e escrita e quando entender e transmitir para os discentes que a língua é viva e sua dinamicidade é consequência das sucessivas transformações ocorridas ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

- ALKMIN, T. M. Sociolinguística Parte I. In: MUSSALIM, F. BENTES, A.C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5º. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.21-47.
- ANTUNES, I.C. No meio do caminho tinha um equívoco, gramática, tudo ou nada. In: **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 127-134.
- ANTUNES, I.C. Aula de português: encontro e interação. 2º ed. São Paulo: Parábola, 2004, 181p.
- ANTUNES, I. O que são regras de gramática? **Muito além da gramática**. São Paulo: Parábola Editorial. 2007, p. 70-77.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. O que é como se faz. 50. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2008, p. 207
- BAGNO, M. Mas o que é mesmo variação linguística? In: ————— **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007, p.35-57.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997, 144p.
- CASTILLHO, A. T de. **A língua falada no ensino de português**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2001, 158p.

GNERRE, M. Linguagem, poder e discriminação. **Linguagem, Escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 5-11

ICHIKAWA, C. S. **Variação Linguística e o ensino de ortografia**: Uma variação teórica. Unopar Cient., Ciênt. Hum. Educ., Londrina. , v. 4, n. 1, p. 43-46, jun.2003

POSSENTI, S. Não existem línguas uniformes. In: ————. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras: ABL, 1998.p.33-37.

RORIGUES, A.D. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, M.(org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002.p. 11-23.

SILVA, M.B. da. A escola, a gramática e a norma. In: BAGNO, M.(org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002.p. 253-265

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986. 96 p

TRAVAGLIA, L. C. Concepção de gramática. **Gramática e interação**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 24-37.

TRAVAGLIA, L. C. Como tem sido o ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2005, p. 101-106.